

19 de novembro de 2020

Os signatários, representantes dos autocaravanistas associados e empresas do setor autocaravanista, leram na imprensa do passado dia 16 de novembro:

*“Num ano em que muitos portugueses experimentaram as férias em autocaravana, o Governo vem também clarificar alguns pontos. A pernoita, entre as 21 horas e as 7 horas do dia seguinte fora de locais destinados especificamente ao estacionamento de autocaravanas ou de roulottes é punível com multa entre os 60 e os 300 euros e, caso a autocaravana esteja estacionada em território da Rede Natura 2000 ou parques naturais a multa tem um agravamento: pagará no mínimo 120 euros e no máximo 600 euros. A Autoridade Marítima Nacional, nas zonas costeiras, terá também competências de fiscalização, além da GNR e PSP.”*

Este tipo de notícias atinge a liberdade de circulação dos cidadãos autocaravanistas. Importa, de uma vez por todas, denunciar o que tem sido uma política desastrosa em termos de planeamento e preparação para uma atividade que há mais de 30 anos começou a despontar mas para a qual, durante anos de inoperância por parte dos vários setores públicos, vêm agora, sem que haja em Portugal uma correta política de acolhimento para a prática do autocaravanismo, tentar proibições que mesmo que ordenadas por lei não poderão ter aplicação prática.

Se o anunciado for convertido em lei, por certo contribuirá para o aumento do desemprego neste setor, acarretando uma perda de receita de vários milhões de euros de impostos que advém da venda, aluguer e reparações de viaturas, quer sejam de cidadãos nacionais, quer das dezenas de milhar de turistas estrangeiros que anualmente nos visitam.

Infelizmente de forma inadequada, o Turismo de Portugal, ao abrigo dos fundos comunitários, só agora despertou para a construção de estruturas de apoio para o autocaravanismo. Gastando milhares de euros em locais construídos com vários pormenores inadequados à prática deste tipo de turismo itinerante, além de grandes espaços onde no final se acolhem uma média de oito autocaravanas, sem haver um critério e sem ter em vista o aproveitamento na economia local.

Durante anos foram as associações, em conjunto com algumas autarquias, a impulsionar a construção de equipamentos de apoio ao autocaravanismo. Com custos inferiores a 10% do que as que hoje são promovidas pelo Turismo de Portugal, a maioria continua operacional.

As associações exclusivamente dedicadas ao autocaravanismo foram sempre excluídas, por parte do legislador, de todo o processo quando são elas as que conhecem os hábitos e necessidades do autocaravanismo bem como sabem pôr em prática uma verdadeira rede de acolhimento. São anos de experiência, com conhecimento internacional, que se ignora, adjudicando projetos a quem não tem conhecimento sobre autocaravanismo.

Tentar sufocar este setor não tem apenas implicações no que concerne aos utilizadores, mas a toda uma indústria e comércio que gravita à volta desta atividade. Do aluguer, venda e reparação muitos são os setores em causa.

Cada vez mais o turismo de natureza começa a estar associado a estes veículos que têm a adaptabilidade de poder transportar os mais diversos elementos para a prática de vários desportos de lazer e natureza. De notar que as áreas protegidas que são constantemente publicitadas como destinos de eleição têm falta de infraestruturas de apoio que não ajudam à preservação das mesmas.

Talvez por isso e também porque cada vez mais, grandes marcas automóveis apostam em modelos de transformados, veio o IMT através da Deliberação n.º 291/2019 definir vários veículos como “especial dormitório” que não têm minimamente as condições de uma autocaravana. No entanto são as autocaravanas, com todas as condições sanitárias de habitabilidade, as visadas nas últimas deliberações levadas a efeito para paralisar o setor.

O turismo tem impacto social e o autocaravanismo não é exceção tanto nos seus aspetos negativos como positivos. Não é com legislação que se pode resolver quando não temos um país preparado para acolher todos os autocaravanistas portugueses, e muito menos os estrangeiros, que escolhem permanecer no nosso país durante o inverno. Espanha e Marrocos agradecerão a má política para o autocaravanismo que Portugal está em vias de desenvolver.

A implementação de estruturas de apoio tem que ser repensada em termos de custo/benefício, localização e aporte económico, principalmente em territórios de baixa densidade, sem tirar o foco de que a autocaravana é o meio de transporte do seu proprietário.

Fiscalize-se! E fiscalize-se, para além dos comportamentos ilegais dos autocaravanistas, todos os equipamentos de acolhimento a começar pelas recentemente inauguradas pelo Turismo de Portugal que não têm em conta os pressupostos acima enunciados.

Autocaravanismo não é campismo, e confundi-lo é o maior impedimento ao desenvolvimento de uma política correta para o setor.

Respeitosamente,

FPA - Federação Portuguesa de Autocaravanismo

Associação Autocaravanista de Portugal – CPA

Empresas aderentes

Associação de Empresas de Aluguer de Autocaravanas

Campilusa

CervoCamping

Go Caravanning | J. Sousa Mesquita

Parracho

Portugalsurfcampers

Quebom

Reparcamping

Solvana

Tecnicamping

Vidicar

Yescapa